

## **PROJETO DE LEI Nº 6.272/2005** **(do Poder Executivo)**

*Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 10.593, de 6 de dezembro de 2002; e dá outras providências.*

### **EMENDA ADITIVA**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 6.272/2005, de autoria do Poder executivo:

***“Art. (...). O inc. X do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:***

***"Art. 6º ....."***

***X- os integrantes das Carreiras constantes da Lei nº 10.593, de 2002.***  
***(NR)***

***....."***

### **JUSTIFICAÇÃO**

O atual inciso X, do art. 6º, da Lei n.º 10.826/03, dispõe que terão direito ao porte de armas de fogo os “*integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal, Auditores-Fiscais e Técnicos da Receita Federal*”.

Ocorre que o presente Projeto de Lei está extinguindo a carreira de Auditoria da Receita Federal, criando nova carreira que incorpora a ela os referidos auditores, bem como os Técnicos da Receita Federal, cujas denominações passam a ser outras, aquelas dadas pelo PL em apreço.

Assim, mister se faz adaptar o chamado *Estatuto do Desarmamento* (Lei n.º 10.826/03), para desse constar as novas denominações.

Com a referida emenda, ainda, estar-se-á contemplando outra carreira de auditoria, a de Auditor do Trabalho, para a qual também se justifica o direito ao porte.

De outra parte, também fica explicitado que os atuais Auditores Fiscais da Previdência Social, ao serem absorvidos pela nova carreira de Auditor-Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como os novos integrantes que nela entrarem por concursos públicos futuros, também terão direito ao porte, tratando-os com isonomia, haja vista que a não alteração do inciso X, do art. 6º, do Estatuto poderia levar o intérprete ao entendimento que só os antigos integrantes da Carreira de Auditor da Receita e os antigos Técnicos da Receita Federal é que teriam o direito ao porte de arma.

Em face do exposto, contamos com a colaboração dos nobres pares na aprovação da presente emenda.

Esclarecemos que a presente emenda foi sugerida pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho SINAIT e, em face do exposto, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 2005.

**ARNALDO FARIA DE SÁ**  
Deputado Federal - São Paulo  
Vice-Líder do PTB